

VÍTIMAS E ABUSADORES: A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DO MOVIMENTO “ESCOLA SEM PARTIDO” SOBRE A RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO

VÍCTIMAS Y ACOSADORES: LA CONSTRUCCIÓN DEL DISCURSO DEL MOVIMIENTO BRASILEÑO “ESCOLA SEM PARTIDO” SOBRE LA RELACIÓN PROFESOR/ALUMNO

Talita Maria de Souza¹

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar o discurso do movimento conservador brasileiro *Escola Sem Partido* (ESP), a partir de trechos de alguns dos textos organizados em seu portal online oficial, estudado entre os anos de 2019 e 2022. Nosso objetivo com a escolha das sequências discursivas retiradas do site foi mostrar como a construção dos sentidos da palavra “professor” foi feita. Para essa análise, utilizamos o instrumental teórico da Análise de Discurso Materialista (AD), buscando explicitar a produção discursiva do movimento e tentando desconstruir os efeitos de evidência por eles formulados. A leitura aqui apresentada mostrou como os sentidos mobilizados pelo movimento rompe rotinas de memória até então existentes e tenta sedimentar no imaginário coletivo novos sentidos para “professor” e “ensino”, usando para isso uma aproximação entre o trabalho docente e o abuso sexual.

Palavras-chave: Escola; educação; conservador; gênero; partido.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar el discurso del movimiento conservador brasileño *Escola Sem Partido* (ESP), a partir de algunos de los textos organizados en su sitio web, estudiado entre los años 2019 y 2022. Nuestro objetivo con la elección de las secuencias discursivas fue mostrar cómo se hizo la construcción de los significados de la palabra “profesor”. Para este análisis utilizamos las herramientas teóricas del Análisis Materialista del Discurso (AD), buscando explicar la producción discursiva del movimiento y tratando de desconstruir los efectos de evidencia formulados por ellos. La lectura aquí presentada mostró cómo los significados movilizados por el movimiento rompen rutinas de memoria previamente existentes e intentan consolidar nuevos significados para las palabras “profesor” y “enseñanza” en el imaginario colectivo, utilizando para ello una aproximación entre trabajo docente y abuso sexual.

Palabras-clave: Escuela; educación; conservador; género; partido.

¹ Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana, do Departamento de Letras Modernas, FFLCH - USP.

1 Introdução

Durante o período do meu mestrado em Letras no programa de Pós-graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana do departamento de Letras Modernas da FFLCH-USP, analisei contrastivamente, a partir do instrumental teórico da Análise de Discurso, o discurso de dois movimentos conservadores: o brasileiro Escola Sem Partido (ESP) e o argentino *Con Mis Hijos No Te Metas* (CMHNTM), ambos mobilizados a partir de críticas quanto à maneira como é conduzido o ensino em seus países. Um dos objetivos da dissertação foi explicitar a elaboração dos sentidos de “alunos” e “professores” no discurso do movimento ESP, os primeiros “protegidos pelo movimento” e os outros “a quem a crítica do movimento está dirigida”. Essa construção foi analisada a partir da materialidade dos textos divulgados no portal do movimento Escola Sem Partido, o www.escolasempartido.org². Nosso trabalho tratava de observar como eram produzidas discursivamente as projeções imaginárias em torno desses sujeitos, fazendo funcionar determinados efeitos de evidência sobre eles - e não outros. Como consequência dessa análise, também estudamos a construção dos sentidos de “ensino” nesse discurso, além da parte em espanhol do corpus referente ao movimento *Con Mis Hijos No Te Metas*, que visava a análise dos sentidos de “hijos” (filhos) e “Estado” (Estado), a partir da materialidade dos textos divulgados no portal conmishijosnotemetas.com.ar.

Para o presente artigo utilizaremos algumas das sequências discursivas trabalhadas naquela oportunidade, agora focando em um recorte que não tivemos tempo para desenvolver na dissertação: a forma como o trabalho dos professores aparece descrito no discurso do ESP, esse recorte nos pareceu produtivo por notarmos que, apesar de dizerem que são neutros em suas críticas, em alguns momentos, ao tratarem do ofício docente, remetem à memória que temos sobre relatos de abuso sexual. Essa semelhança pode ser observada bastante explicitamente em alguns textos do movimento CMHNTM³, como por exemplo:

Tenemos por objetivo proteger a nuestros niños de ideas y mandatos provenientes de una minoría **que busca violentar su inocencia mediante clases no consensuadas de educación sexual**. (grifos nossos)

Nessa sequência discursiva (SD) os sujeitos que o movimento diz visar proteger são categorizados como *niños* (meninos/ crianças), ou seja, sujeitos vulneráveis, que ainda não conseguem se defender sozinhos, entendemos que tal categorização potencializa a gravidade da denúncia que está sendo promovida. A leitura das SDs retiradas do site do movimento CMHNTM nos levou a debruçarmos sobre o recorte que aqui analisamos. Esse movimento de observar algo em uma parte do corpus e passar a olhar com mais atenção para certos aspectos do corpus com o qual a contrastamos foi frequente durante a elaboração de nossa dissertação e gerou o interesse pelo recorte de pesquisa que agora apresentamos.

A partir da Análise de Discurso pretendemos analisar algumas sequências discursivas que selecionamos do site o www.escolasempartido.org, observando nelas a formulação do discurso do movimento ESP nos concentrando em explicitar a construção dos sentidos de “professor”, “alunos” e “ensino”. Em outras palavras, observar como se produzem

² Retirado do ar durante o segundo semestre do ano de 2023.

³ Do texto “Educación Sexual para nuestros hijos”, acessado no link: [<https://conmishijosnotemetas.com.ar/#!/-areas-educacion-sexual/>](https://conmishijosnotemetas.com.ar/#!/-areas-educacion-sexual/)

discursivamente as projeções imaginárias em torno desses sujeitos e instituições que farão funcionar determinados efeitos de evidência sobre eles.

Pensando na influência que tais discursos podem chegar a ter e na maneira como eles afetam os debates educacionais, somado ao momento histórico que temos vivido nos últimos anos, com o avanço de discursos conservadores que ameaçam a liberdade de expressão e os direitos humanos, e podem acabar por intervir diretamente no cotidiano escolar e na prática docente ao sugerirem novas rotinas de memória, que alteram as rotinas de memórias que estavam começando a renovar-se no início dos anos 2000, culminando na construção de novos imaginários sobre o papel da escola e do professor na vida dos estudantes, vimos a necessidade de estudá-los.

Para tanto, seguimos os seguintes passos:

- Busca por ocorrências das palavras “estudante” e “aluno” nos textos do site www.escolasempartido.org, visando a seleção das sequências discursivas que comporão o nosso corpus e, dentro das possibilidades encontradas, seleção de ocorrências da categorização “vítimas” e, para cada uma delas, análise de quem é colocado como culpado;
- Análise de outras SDs, buscando as aparições de descrições da relação professor/aluno e da visão de “ensino” construída nos textos do site.

Além da introdução que se encerra com esse parágrafo; apresentaremos nosso referencial teórico dividido em uma breve explicação sobre Análise de Discurso e os conceitos Ideologia e Pré-Construído, Condições de Produção, Formação Discursiva e Sujeito; uma parte dedicada às sequências discursivas selecionadas e suas respectivas análises; ao final esboçamos algumas considerações finais.

2 Referenciais teóricos

Utilizaremos em nossas análises o instrumental teórico da Análise de Discurso Materialista (AD). A seguir, apresentaremos alguns dos conceitos deste campo que pretendemos mobilizar na busca pelos efeitos de sentido produzidos pelo discurso do movimento Escola Sem Partido (ESP). Para tanto, nos apoiamos no trabalho de Pêcheux nos textos *Análise automática do discurso* (2010) e *A forma-sujeito do discurso* (2018), publicados originalmente em 1969 e 1975, no trabalho de Jean-Jacques Courtine em seu livro *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos* (2014), publicado originalmente em 1981, e também nos artigos “Discurso, Imaginário Social e Conhecimento”(1994), “Paráfrase e Polissemia: A Fluidez nos Limites do Simbólico” (1998b) e “Discurso e Argumentação: Um Observatório do Político” (1998a), de Eni Orlandi.

A AD é um campo disciplinar que trata a linguagem em seu funcionamento, seu objeto é o discurso, entendido como “o lugar específico em que podemos observar a relação entre linguagem e ideologia” (Orlandi, 1994, p.53). Ideologia que “fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’” (Pêcheux, 2018, p.160).

Segundo Eni Orlandi (1998a), a análise da AD “não se reduz a uma questão de cálculo (sentido 1 + contexto = sentido 2) mas é concebida como explicitação do funcionamento do discurso” e, para a compreensão desse funcionamento, “é necessário distinguir o plano da constituição (interdiscurso) do plano da formulação (intradiscurso)” (p. 77). Olhando para a materialidade linguística, ou seja, o intradiscurso, o analista do discurso procura compreender porque ela foi elaborada daquela maneira e não de outras, pretendendo “atingir a constituição dos sentidos, atravessando os efeitos da ordem do ideológico” (ibid., p.78), em busca do que Pêcheux chamou de “pontos de deriva” de um enunciado, que ao darem pistas da produção discursiva, oferecem lugar à interpretação (id., 1994, p.58).

Para Orlandi, a finalidade da AD é propor novas práticas de interpretação, que exponham “o olhar leitor à opacidade do texto” (id., 1998a, p.74). Em sua definição sobre esse campo teórico, diz:

[A AD] (des)territorializa a noção de leitura pela noção de discurso, enquanto efeito de sentidos e abre caminho para uma crítica disso que temos chamado ‘ilusão de conteúdo’, que produz a impressão da transparência da linguagem [...] ao mesmo tempo em que apaga a produção discursiva do referente, elidindo a construção imaginária do efeito de unidade, efeito literal, do sentido-um, já lá (ibid., p.74).

O analista deve expor essa construção, mostrando que o sentido já é ele mesmo um “gesto de interpretação” (ibid., p.75) e não único e de entendimento universal. Ressaltando que, assim como critica essa tendência conteudista, que entende os sentidos como previamente fixados, a AD também critica tendências que entendam que o sentido pode ser qualquer um, sem nenhuma determinação histórica.

2.1 Ideologia e Pré-construído

Antes de avançarmos em nossas explicações, consideramos fundamental explicar o que se entende pelo conceito de Ideologia no campo da AD, uma vez que as análises realizadas nesse campo explicitam o mecanismo ideológico que sustenta o funcionamento do discurso na produção de sentidos.

Em AD, a ideologia “está na produção da evidência do sentido (só pode ser ‘este’) e na impressão do sujeito ser a origem dos sentidos que produz, quando na verdade ele retoma sentidos pré-existentes” (id., 1998b, p. 16). O analista de discurso, em seu gesto de análise, verifica que “no espaço que vai da constituição dos sentidos (o interdiscurso) à sua formulação (o intradiscurso) intervêm a ideologia e os efeitos imaginários”(id., 1994, p.56), que indicam uma “interpretação de sentidos em certa direção, determinada pela relação da linguagem com a história” (ibid., p.57).

Para a produção de sentidos são mobilizados os chamados *pré-construídos*, o que significa que “um elemento do interdiscurso nominaliza-se e inscreve-se no intradiscurso (...) como se esse elemento já se encontrasse ali” (Courtine, 2014, p.74) produzindo o chamado efeito de evidência, a naturalização dos sentidos. O pré-construído é “uma construção anterior, exterior, independente por oposição ao que é construído na enunciação” (ibid., p.74). Ao identificar-se com a *Formação Discursiva* (FD) que o constitui, o *sujeito* retira dela os *pré-construídos* que dão

coerência ao seu discurso, tendendo a “absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso” (Pêcheux, 2018, p.167).

Na relação entre linguagem e ideologia, os sujeitos são os mediadores, de modo que “não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia” (Orlandi, 1994, p.54). Ao filiar-se a uma FD o sujeito discursivo se identifica ao sujeito universal dessa formação e utiliza os *pré-construídos* oferecidos por ele. Essa relação faz parecer que o sentido é um só, que só pode ser esse, que é natural que seja esse. Quando na verdade, se ao utilizarmos uma palavra temos a impressão de que todas as outras pessoas a compreendem da mesma maneira que nós a compreendemos é porque o imaginário que a sustenta seu sentido está funcionando, passando o efeito de evidência.

2.2 Condições de Produção (CP)

“Um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas” (Courtine, 2014, p.77), veremos que o conceito de *Condições de Produção* (CP) é fundamental para a compreensão da relação de sujeitos discursivos com as FDs na construção de sentidos.

Segundo Courtine (2014), esse conceito não recobre somente a uma “definição empírica de uma situação de enunciação” (p.49), nem as “simples circunstâncias em que os sujeitos interagem” (p.51), mas abrange a relação entre os lugares objetivamente definidos (quem diz, para quem diz, em que situação diz) e os lugares representados subjetivamente por várias “formações imaginárias” que “designam o lugar que o remetente e o destinatário atribuem a si e ao outro”(ibid. p.49), “todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias”(Pêcheux; Fuchs, 2010, p. 83).

Courtine faz uma redefinição da noção de CP do discurso pelo conceito de FD que, como lugar da constituição do sentido, “é o que em uma dada formação imaginária e em uma conjuntura, determina ‘o que pode e deve ser dito’” (Courtine, 2014, p.73).

2.3 Formação Discursiva (FD)

“As palavras, expressões, proposições, etc. recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas” (Pêcheux, 2018, p.161), por isso é próprio de toda FD “dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso” (ibid., p.162). Ao filiar-se a uma FD, o sujeito inscreve-se em redes de sentido (interdiscurso) das quais retiram os sentidos que dão coerência ao seu intradiscurso. Tais filiações “não são máquinas de aprender [...] não há sentidos literais guardados em algum lugar - seja a língua, seja o cérebro - e que ‘aprendemos’ a usar” (Orlandi, 1998b, p.12). Reiteramos que as palavras não tem um sentido próprio, vinculado à sua literalidade, mas “podem receber sentidos diferentes - todos igualmente ‘evidentes’ - conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva” (Pêcheux, 2018, p.161), por isso mudam de sentido em função dos sujeitos que as empregam.

Dessa forma, a partir de FDs antagônicas, é possível produzir discursos que utilizem as mesmas palavras, mas signifiquem diferente.

Uma mesma palavra, na mesma língua, significa diferente, dependendo da posição do sujeito e da inscrição do que diz em uma ou outra formação discursiva. Assim, o trabalho do analista de discurso em sua escuta é explicitar os gestos de interpretação que se ligam aos processos de identificação dos sujeitos, suas filiações de sentidos: descrever a relação do sujeito com sua memória (Orlandi, 1998b, p.12).

2.4 Sujeito

No interior das FDs “se realiza o assujeitamento do sujeito (ideológico) do discurso” (Courtine, 2014, p.73). “Os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (Pêcheux, 2018, p.161). Esse *sujeito* não corresponde à uma forma de subjetividade, nem à uma presença empírica e nem ao lugar que um indivíduo ocupa na estrutura social, mas a um lugar discursivo, também chamado *posição-sujeito*, “o lugar do sujeito universal próprio a uma FD” (ibid, 87), que se ancora na

estabilidade referencial dos elementos de um saber. Esse lugar, então, só é vazio na aparência: ele é preenchido de fato pelo sujeito do saber próprio a uma dada FD e existe na identificação pela qual os sujeitos enunciadores vêm encontrar nela os elementos de saber (enunciados) pré-construídos de que eles se apropriam como objetos de seu discurso, assim como as articulações entre esses elementos de saber que asseguram uma coerência intradiscursiva em suas declarações (ibid, 87-88).

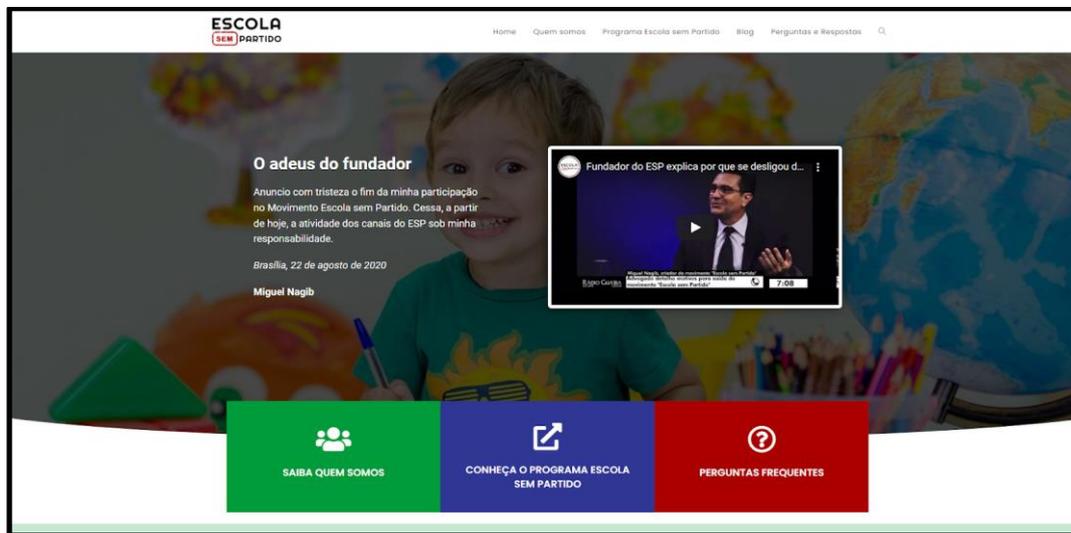
Ao se identificar com a FD que o constitui, o *sujeito* retira de seu *interdiscurso* os sentidos *pré-construídos* que dão coerência ao seu *intradiscurso*, tendendo a “absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, ele simula o interdiscurso no intradiscurso” (Pêcheux, 2018, p.167). Por isso dizemos que o sujeito não existe “em si mesmo” mas “é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)”, suas palavras “adquirem sentidos em referência às formulações ideológicas, segundo o que a FD determina” (ibid., p.160). Cabe ressaltar que um sujeito dificilmente estará filiado a somente uma FD, geralmente na construção dos discursos há cruzamentos e interposições.

3 Sequências discursivas e análises

O ESP é descrito na página inicial de seu site como “a mais importante e consistente iniciativa contra o uso das escolas e universidades para fins de propaganda ideológica, política e partidária” e, em um de seus textos de apresentação, intitulado “Sobre Nós”, como um “movimento preocupado com o ensino em todos os níveis: do ensino básico ao superior”. Dessa maneira, os alunos que o movimento visa proteger abrangem uma extensa faixa etária, que vai desde a infância até a vida adulta, alunos que frequentam a educação básica, que compreende o ensino infantil, fundamental e médio, até os que frequentam o ensino superior. Apesar dessa grande variedade de perfis de alunos, a imagem de “aluno” construída discursivamente pelo

movimento é majoritariamente a de uma criança pequena. Antes de passarmos às análises das SDs verbais, chamamos a atenção para a imagem que aparece em destaque⁴ no portal online que analisamos:

Figura 1



Essa é a fotografia de uma criança, incompatível com a representação dos alunos dos níveis fundamental II, médio e superior, que seriam crianças maiores, adolescentes e adultos, respectivamente. O cenário ao redor da criança retratada tem papel de parede colorido e materiais de papeleria em destaque, remetendo a uma escola de educação infantil. Assim como a opção por “*niños*” na SD do CMHNTM que abre nossas reflexões, a escolha por essa representação logo na imagem de capa reforça a construção infantilizada do objeto discursivo “alunos”, o que fortalece a gravidade das denúncias feitas pelo movimento, já que são crianças, em escolas primárias, as “vítimas” e das denúncias apresentadas. A utilização desta imagem corrobora com o imaginário de vulnerabilidade que se constrói sobre os alunos quando estes são tomados como objetos de discurso por esse movimento.

Ao buscar pelos vocábulos “alunos” e “estudantes” notamos que eles são frequentemente categorizados e/ou retomados como “vítimas”, como vemos nas SDs que destacamos:

SD 1

Ocorreu-nos, então, a idéia de divulgar testemunhos de **alunos, vítimas desses falsos educadores**. Abrir as cortinas e deixar a luz do sol entrar. (Sobre nós); (grifos nossos)

SD 2

O Escola sem Partido, foi criado para dar visibilidade a um problema gravíssimo que atinge a imensa maioria das escolas e universidades brasileiras: a instrumentalização do ensino para fins ideológicos,

⁴ De agosto de 2019 até o fim do site, no segundo semestre de 2023, essa imagem foi sobreposta por um texto de despedida escrito pelo fundador do movimento, mas seguia visível.

políticos e partidários. E o modo de fazê-lo é divulgar o testemunho **das vítimas, ou seja, dos próprios alunos**. (Objetivos);(grifos nossos)

SD 3

Então, para que o programa?

Para informar os estudantes sobre o direito que eles têm de não ser doutrinados e manipulados por seus professores. Uma vez informados, **os estudantes — que são as vítimas** da doutrinação — aprenderão a se defender das condutas abusivas eventualmente praticadas por seus professores militantes. (Perguntas Frequentes); (grifos nossos)

SD 4

Isso é necessário?

Não seria necessário, se a prática da doutrinação política e ideológica em sala de aula não estivesse, como está, disseminada por todo o sistema de ensino. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Sensus em 2008, 80% dos professores reconhecem que o seu discurso em sala de aula é “politicamente engajado”. Esses números corroboram a percepção de muitos **alunos e ex-alunos, que se reconhecem como vítimas** da doutrinação política e ideológica em sala de aula.

Considerando que **a maior parte dessas vítimas é formada por indivíduos vulneráveis, em processo de formação**, o Poder Público deve agir preventivamente para proteger esses indivíduos contra essa prática antiética e ilícita, que se desenvolve no segredo das salas de aula. É isto o que prescreve o artigo 70 do ECA.

Seja como for, a Constituição assegura ao estudante, como a qualquer brasileiro, o direito de ser informado sobre seus próprios direitos. Nisso consiste a essência do conceito de cidadania. (Perguntas Frequentes) (grifos nossos)

Ao ser reiteradamente utilizado para referir-se a alunos os sentidos que são atribuídos ao vocábulo “vítima” vão sendo colados ao vocábulo “aluno”. E, por força de repetição, além dessa persistente categorização, outros pontos saltam aos nossos olhos nessas primeiras SDs selecionadas:

SD 1

Ocorreu-nos, então, a idéia de divulgar testemunhos de alunos, vítimas **desses falsos educadores**. Abrir as cortinas e deixar a luz do sol entrar. (Sobre nós); (grifos nossos)

SD 2

O Escola sem Partido, foi criado para dar visibilidade a **um problema gravíssimo que atinge a imensa maioria das escolas e universidades brasileiras: a instrumentalização do ensino** para fins ideológicos, políticos e partidários. E o modo de fazê-lo é divulgar o testemunho das

vítimas, ou seja, dos próprios alunos. (Objetivos);(grifos nossos)

SD 3

Então, para que o programa?

Para informar os estudantes sobre o direito que eles têm de não ser doutrinados e manipulados por seus professores. Uma vez informados, os estudantes – que são as vítimas da **doutrinação** – aprenderão a se defender das **condutas abusivas eventualmente praticadas** por seus **professores militantes**. (Perguntas Frequentes); (grifos nossos)

SD 4

Isso é necessário?

Não seria necessário, se a **prática da doutrinação política e ideológica em sala de aula não estivesse, como está, disseminada por todo o sistema de ensino**. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Sensus em 2008, 80% dos professores reconhecem que o seu discurso em sala de aula é “politicamente engajado”. Esses números corroboram a percepção de muitos alunos e ex-alunos, que se reconhecem como vítimas da **doutrinação política e ideológica em sala de aula**.

Considerando que a maior parte dessas vítimas é formada por indivíduos vulneráveis, em processo de formação, o Poder Público deve agir preventivamente para proteger esses indivíduos contra essa prática antiética e ilícita, que se desenvolve no **segredo das salas de aula**. É isto o que prescreve o artigo 70 do ECA.

Seja como for, a Constituição assegura ao estudante, como a qualquer brasileiro, o direito de ser informado sobre seus próprios direitos. Nisso consiste a essência do conceito de cidadania. (Perguntas Frequentes) (grifos nossos)

Nas SDs 1 e 3 os professores são categorizados como “falsos educadores” e designados como “professores militantes”, que têm “condutas abusivas”. Em minha dissertação, na qual analiso um número maior de SDs, já havia observado que a seleção de verbos e léxico mobilizados para referir-se a esses profissionais têm majoritariamente uma carga de sentidos negativos.

A nominalização, uma operação na qual o verbo desaparece, é abundantemente utilizada: na SD 2 “instrumentalização”, na SD3 “doutrinação” e na SD4 “doutrinação política e ideológica”, essa forma ajuda a conferir status de verdade ao que está sendo dito. Ao dizer “a instrumentalização do ensino” ao invés de dizer que “o ensino está sendo instrumentalizado”, ou “a doutrinação nas escolas” ao invés de dizer “os professores estão doutrinando os alunos”, por exemplo, é provocado um efeito de sentido diferente.

Quando o verbo está conjugado na frase, a discussão pode incidir sobre a existência ou não da imposição, como ela acontece, onde acontece, porque acontece, etc. Já a afirmação contida na nominalização será considerada como evidente e não entrará na argumentação. “O procedimento da nominalização permite, assim, fixar um *sentido já lá*, um sentido que *precederia* a tomada da palavra ou a formulação (pôr em palavras) do jornalista” (Guilbert, 2020, p. 54).

No caso que não está nominalizado (“estão impondo a ‘ideologia de gênero’”), a sentença pode ser refutada; no primeiro caso (“a imposição da ‘ideologia de gênero’”), “a discussão - se existir discussão - tem todas as chances de incidir sobre o resto da frase” (ibid., p.55). “O interesse *argumentativo* é, por um lado, impedir que a sentença verbal seja negada, ao fazê-la desaparecer” (ibid., p. 54).

Além da nominalização, Guilbert também aponta o papel essencial do artigo definido: “O artigo definido e a nominalização unem-se, assim, para produzir a impressão de que falamos de uma coisa já estabelecida, já lá, e que não podemos colocar em dúvida” (ibid., p. 54). Em suas análises de textos editoriais Guilbert observou o interesse argumentativo na utilização das nominalizações no início desses textos como sendo “o de apresentar o acontecimento como portador de um sentido *nele mesmo*, antes mesmo que comece o comentário do jornalista” (ibid., p.55).

Uma nominalização recorrente no discurso do movimento ESP, por exemplo, é a *doutrinação*, construída discursivamente pelo movimento ESP como uma evidência incontestável.

Ainda na SD4, a afirmação de que a doutrinação, já nominalizada, tomada como verdade incontestável, “está disseminada por todo o sistema de ensino” e continua delimitando o âmbito em que ela ocorre, a “sala de aula”. A leitura dessas SDs leva à confirmação de que essa prática acontece e está propagada. Na SD2 ela aparece até definida como um problema e não qualquer problema, mas um “gravíssimo”. Nenhum dado ou fato concreto é apresentado para comprovar essas alegações feitas pelo movimento de maneira tão categórica.

Além da construção de uma imagem de vulnerabilidade atrelada aos alunos e da repetição de que são “vítimas”, eles também aparecem descritos como “a parte mais fraca” do sistema de ensino. E a sala de aula é descrita como um espaço de segredos, uma arena em que se enfrentam professores e alunos e seus diferentes interesses, em uma disputa de forças, a relação alunos *versus* professores vão sendo construída como antagônica e desigual, com os alunos sendo “a parte mais fraca”:

SD 5

Mas, para que a adoção das medidas protetivas não fique dependendo da boa-vontade das escolas e dos professores – o que prejudicaria os estudantes, **que são a parte mais fraca da relação de aprendizado** –, o Movimento Escola sem Partido elaborou um anteprojeto de lei que institui o Programa Escola sem Partido nos sistemas de ensino dos Estados e dos Municípios.

Chamamos a atenção para a SD 5, que fala da necessidade de adoção de “medidas protetivas”. Sutilmente o discurso do ESP vai definindo posições: os alunos são vítimas e os professores os culpados que precisam ser criminalizados pois livremente não optariam por adotar ações benéficas para seus alunos. Em contraposição aos “alunos-vítimas-fracas”, o professor que o ESP constrói em seus discursos é uma figura de autoridade que não pode ser contestada. E a relação professor/aluno e, por consequência, a maneira como a relação de ensino e aprendizagem é construída discursivamente por eles como uma relação de submissão.

Antes de analisarmos a construção discursiva de “professores” nos deteremos à descrição

da relação deles com os alunos, pois esta diz respeito à visão de educação que o grupo tem:

SD 6

Presença obrigatória dos alunos em sala de aula;

SD 7

abusar da **audiência cativa** dos alunos para promover;

SD 8

“já que os **alunos são OBRIGADOS** a assistir às aulas do professor;

SD 9

O estudante, em sala de aula, se encontra numa situação especialíssima, pois, além de ser **obrigado a escutar e aprender** o conteúdo transmitido por seu professor, ele deve ser capaz de reproduzir esse conteúdo se quiser obter boas notas e ser aprovado;

SD 10

os alunos são **submetidos à influência de professores**;

SD 11

Intelectualmente, portanto, o aluno está **submetido à autoridade** do seu professor;

SD 12

Os alunos são **obrigados a escutar** o que ele está dizendo – e a escutar com atenção, pois poderão ser cobrados a respeito;

Essas SDs todas foram retiradas da seção de perguntas e respostas do site do movimento, nelas vemos como a obrigatoriedade das aulas é reiterada. Fica subentendido que talvez seria interessante e mais benéfico que os alunos pudessem optar por não estar na escola. Não aprofundaremos o tema, mas vê-se aqui, silenciada, a ideia de que a educação dos alunos poderia ficar a cargo das famílias, em um modelo homeschooling ou similares a ele.

Os alunos são descritos como “audiência”, como os que “assistem aulas”, “reproduzem conteúdos” e são “obrigados a escutar”. Ressaltamos o uso dos verbos: assistir, reproduzir, escutar, nunca interagir, aprender, refletir, contestar. Os alunos/estudantes são sujeitos passivos em sala de aula, local em que apenas estão para ouvir e repetir, sem nenhuma liberdade ou agência. Nessas SDs o processo de ensino-aprendizagem é reduzido a um processo de escuta passiva e reprodução acrítica da visão do professor, é representado como uma transmissão unilateral de conteúdos a serem decorados e repetidos. Essa ideia de educação como escuta/reprodução sem nenhuma criticidade é repetida várias vezes no corpus. Os alunos são como um auditório para o professor, eles assistem às aulas e não tem um papel ativo na construção do conhecimento que lhes é depositado, muito pelo contrário, estão sendo submetidos a professores que “abusam” de sua “audiência cativa”. Esse tipo de construção vai reforçando a imagem de debilidade colocada sobre os “alunos”.

Vítimas, abusadores, um ambiente que esconde segredos, uma relação hierárquica e desproporcional. O discurso do ESP poucas vezes se refere à instituição (escola), os “professores”

que são objetos desse discurso personalizam a crítica empreendida pelo movimento. É sobre esses profissionais que recaem todas as reclamações, sem que sejam questionadas as estruturas nas quais estão implicados. Além de conduzir à produção do efeito de sentido de que o professor sempre age segundo suas opiniões e vontades na elaboração de suas alunas, sem nenhum tipo de direcionamento ou instrução. O papel de toda a categoria é desgastado, enquanto o papel normatizador do Estado é desconsiderado pelo movimento, como se não existissem parâmetros, diretrizes e hierarquia dentro do sistema de ensino. O problema é do indivíduo, a ele é atribuído um grau de liberdade que não existe na prática da profissão.

O movimento ESP é uma iniciativa que convida seus membros e/ou pessoas simpáticas a ele a fiscalizarem a conduta dos professores e fazerem denúncias. No espaço do site reservado para os “depoimentos” vemos um fundo de silhuetas escuras, pessoas que estão falando, gesticulando, escondidas por sombras que garantem o seu anonimato:

Figura 2



E essa fiscalização é feita pelos mesmos alunos que eram categorizados como “vítimas” e agora passam a vigiar. Há um deslizamento de sentidos e o mesmo “aluno” que é descrito como frágil, influenciável, submisso, é também quem vai fiscalizar condutas. O discurso do movimento ESP vai construindo a ideia de uma vigilância constante sobre o trabalho do professor, que é desacreditado e vilanizado pelo movimento, sempre individualmente, como se ele não obedecesse a uma série de parâmetros e não passasse pela coordenação, direção, etc. voltando à questão dessa personalização da crítica. Quem acessa o pensamento do movimento tem acesso a essa imagem por ele produzida, imagem que inclusive extrapola o portal online e permanece no imaginário que se cria sobre esse assunto.

Encaminhando-nos para o final de nossas análises, selecionamos duas das ocorrências dentro do nosso corpus em que o discurso do abuso aparece mais aberta e evidentemente:

SD 13

A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores abusa da liberdade de cátedra e se aproveita do segredos das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo.

SD14

Que fazer para coibir esse abuso intolerável da liberdade de ensinar, que se desenvolve no segredo das salas de aulas, e tem como vítimas indivíduos vulneráveis em processo de formação?

A ideia de uma educação crítica é introduzida como um “pretexto”, ou seja, uma mentira que os educadores inventam para que possam aplicar seus verdadeiros interesses. Na SD 13 os professores são categorizados como “exército organizado de militantes travestidos de professores” e os verbos que aparecem para definir as ações desses profissionais são “abusar” e “aproveitar-se”. E na SD 14 a ideia do “abuso” é convocada novamente, a sala de aula como esse espaço para segredos e os alunos como “vulneráveis” dentro dessa relação.

4 Considerações finais

Ainda que o movimento ESP se declare neutro, “sem partido”, desde a sua designação e em seus textos de apresentação, ao fazermos o exercício de investigar o funcionamento de seu discurso, indo do plano de sua constituição ao da formulação, encontramos certo posicionamento acusatório em relação aos professores e seu trabalho. Alguns pontos de deriva, como a maneira como os sujeitos implicados na relação educacional são descritos ou como a repetida utilização das nominalizações acontece, nos ajuda a expor a opacidade dos textos analisados, demonstrando que a evidência dos sentidos nada mais é do que uma construção e que a ideia de neutralidade que o ESP almeja construir ao redor de seu trabalho é falaciosa, uma vez que seus discursos não deixam de ser atravessados por ideologias.

A leitura aqui realizada mostra como existe o interesse de mostrar o professor de uma maneira muito específica, ao construir os alunos e filhos discursivamente como crianças desprotegidas, acrílicas e incapazes, sujeitos vulneráveis que precisam de proteção contra os abusadores, seus professores, o movimento rivaliza esses profissionais conflitando suas intenções com os interesses de seus alunos e a circulação e repetição desse tipo de discurso, sem nenhuma contestação ou problematização, pode levar à sedimentação de novos sentidos sobre esses profissionais e sobre o ensino. São levantadas suspeitas em relação ao trabalho do professor de maneira que elas pareçam evidentes e incontestáveis e no decorrer do discurso essas suspeitas vão sendo reiteradas constantemente, por isso a importância de análises como estas, que tentam revelar algumas possibilidades de leitura não óbvias.

Agradeço ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus Boituva, instituição na qual trabalhei no segundo semestre do ano de 2023, por me proporcionar tempo e condições de escrita para a realização deste trabalho.

Referências

- Courtine, J.J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: Edufscar, 2014.
- Guilbert, T. *As evidências do discurso neoliberal na mídia*. Campinas, SP: Editora da Unicamp,

2020.

Orlandi, E. P. Discurso, Imaginário Social e Conhecimento. *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994.

Orlandi, E. P. Discurso e Argumentação: Um Observatório do Político. *Fórum Lingüístico*, Florianópolis, n. 1 (73-81), jul.-dez. 1998^a.

Orlandi, E. P. Paráfrase e polissemia a fluidez nos limites do simbólico. *Rua*, 4. Campinas. 1998b. p. 9-19.

Orlandi, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 12. edição. Campinas: Pontes Editores, 2015.

Pêcheux, M. A forma-sujeito do discurso. In: Pêcheux, M. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: UNICAMP, 5.ed., 2018.

Pêcheux, M. Fuchs, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: Gadet, F. Hak, T. *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: UNICAMP, 2010.

Recebido em: 11/12/2023

Aceito em: 03/03/2024